

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CONCURSO PÚBLICO 2011

CADERNO DE QUESTÕES

Nível Superior - Analista Área Administrativa



GABARITO

A

REALIZAÇÃO:



UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA



Fundação Universitária
José Bonifácio

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

“O dia 12 de junho é reservado ao combate ao Trabalho Infantil. A data, designada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2002, e endossada pela legislação nacional, Lei n. 11.542, em 2007, visa chamar a atenção das diferentes sociedades para a existência do trabalho infantil, sensibilizando todos os povos para a necessidade do cumprimento das normas internacionais sobre o tema, em especial as Convenções da OIT 188, de 1973, e 182, de 1999, que tratam, respectivamente, da idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil.

(Trabalho infantil, Marcelo Uchôa)

01. A primeira frase do texto 1 encontra-se na voz passiva; a preferência pela construção de voz passiva, nesse caso, permite ao autor do texto:

- (A) situar a ação no passado recente;
- (B) evitar a identificação do autor da ação;
- (C) tornar o texto mais formal;
- (D) iniciar a frase por uma circunstância de tempo;
- (E) atribuir ao sujeito o papel de agente.

02. Depreende-se do texto 1 que o dia 12 de junho:

- (A) é data marcada pela OIT para a comemoração da existência do trabalho infantil;
- (B) pretende ser identificado como o dia em que se começou a combater o Trabalho Infantil;
- (C) assinala a preocupação brasileira com a existência do trabalho infantil em sua piores formas;
- (D) indica uma data simbólica para que os povos despertem para os problemas decorrentes do trabalho infantil;
- (E) foi criado pela legislação brasileira, com o apoio da OIT, para que se combatam os males do trabalho infantil.

03. A oração reduzida de gerúndio “sensibilizando todos os povos para a necessidade do cumprimento das normas internacionais” tem valor de:

- (A) modo;
- (B) consequência;
- (C) meio;
- (D) finalidade;
- (E) causa.

04. Infere-se do que é lido no texto 1 que:

- (A) as convenções da OIT não foram observadas no Brasil;
- (B) a convenção 188 da OIT aborda as piores formas do trabalho infantil;
- (C) a partir da data de 12 de junho o trabalho infantil foi regulamentado;
- (D) o trabalho infantil foi universalmente proibido;
- (E) a legislação brasileira sobre trabalho infantil seguiu a da OIT.

05. Entre os pares abaixo, aquele que permite normalmente inversão de termos com modificação de significado é:

- (A) legislação nacional;
- (B) diferentes sociedades;
- (C) trabalho infantil;
- (D) normas internacionais;
- (E) piores formas.

06. O texto 1 já permite sua inserção entre os textos de tipo:

- (A) narrativo;
- (B) descritivo;
- (C) dissertativo expositivo;
- (D) dissertativo argumentativo;
- (E) injuntivo.

TEXTO 2

“Segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas, logo, teoricamente, imersas no labor. No Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil afirma que trabalham 4,3 milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, sendo que 900 mil na faixa de 5 a 14 anos, e 123 mil na faixa de 5 a 9 anos, ou seja, abaixo da idade de 16 anos prevista como mínima para o trabalho, segundo o art. 7º, XXXIII, da Constituição de 1988. Segundo o Fórum, o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos são provedoras de suas famílias, portanto, responsáveis pelos seus sustentos”.

07. “Segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas”; a forma de reescrever-se essa frase que altera o seu sentido original é:

- (A) segundo estimativa da OIT, em todo mundo não estão matriculadas nas escolas 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio;
- (B) setenta e um milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas, segundo estimativa da OIT;
- (C) segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas, em todo mundo;
- (D) em todo mundo, segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas;
- (E) segundo estimativa, em todo mundo, da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas.

08. “Segundo o Fórum, o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos são provedoras de suas famílias, portanto, responsáveis pelos seus sustentos”.

A forma de reescrever-se esse segmento do texto em que houve alteração de sentido é:

- (A) o Fórum divulgou que, de acordo com o Censo Nacional de 2010, 132 mil crianças de 10 a 14 anos arcam com a responsabilidade de sustentarem suas famílias;
- (B) pelo Censo Nacional de 2010, registra o Fórum, a responsabilidade de prover suas famílias recai sobre 132 mil crianças em idades compreendidas entre 10 e 14 anos;
- (C) segundo o Fórum, 132 mil crianças de 10 a 14 anos, pelos dados divulgados no Censo Nacional de 2010, são provedoras de suas famílias, entretanto, responsáveis pelo seu sustento;
- (D) foi indicado pelo Censo Nacional de 2010 e divulgado pelo Fórum o registro de 132 mil crianças de 10 a 14 anos responsáveis pelo sustento de suas famílias;
- (E) o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos sustentam suas famílias, de acordo com o Fórum.

09. A alternativa em que a explicação do segmento destacado NÃO está adequada é:

- (A) “Segundo estimativa” = de acordo com avaliação matemática precisa;
- (B) “imersas no labor” = envolvidas pelo mundo do trabalho;
- (C) “faixa etária” = faixa de idades cronológicas;
- (D) “erradicação do trabalho infantil” = eliminação completa do trabalho infantil;
- (E) “teoricamente” = conjeturalmente.

10. “trabalham 4,3 milhões de crianças e adolescentes”; a frase abaixo que apresenta forma correta de concordância nominal ou verbal é:

- (A) trabalha 1,3 milhões de crianças e adolescentes;
- (B) trabalha 1,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (C) trabalham 1,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (D) trabalham 2,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (E) trabalha 2,3 milhões de crianças e adolescentes.

11. Observe as três formas equivalentes de frases do texto:

- I. 71 milhões de crianças não estão matriculadas = 71 milhões de crianças não se matricularam.
- II. 132 mil crianças são provedoras de suas famílias = 132 mil crianças provêm de suas famílias.
- III. 132 mil crianças são responsáveis pelos seus sustentos = 132 mil crianças responsabilizam-se por seus sustentos.

A forma ou formas que conserva(m) o sentido do segmento original é (são):

- (A) I, II e III;
- (B) apenas I e II;
- (C) apenas I e III;
- (D) apenas II e III;
- (E) apenas III.

TEXTO 3

“A Convenção 182 da OIT estipula como piores formas de trabalho infantil a utilização de crianças em escravidão, em trabalhos forçados, no tráfico, em servidão por dívida, em exploração sexual, em pornografia, no recrutamento militar e em conflitos armados. No país, a mobilização social tem se focado no combate ao trabalho infantil doméstico, nas ruas, no lixo e com o lixo, e na agricultura, com especial enfoque sobre aqueles expostos a agrotóxicos”.

12. Procurando explicar o que sejam as piores formas de trabalho infantil, pode-se definir o texto 3 como:

- (A) exortativo;
- (B) metalinguístico;
- (C) argumentativo;
- (D) discriminador;
- (E) manipulador.

13. No texto 3, encontramos várias palavras grafadas com a letra X. A opção em que a letra X está empregada erradamente é:

- (A) exceção;
- (B) máximo;
- (C) exílio;
- (D) exímio;
- (E) mixto.

14. A alternativa em que a troca de uma forma nominal por uma verbal está INADEQUADA é:

- (A) “a utilização de crianças” = utilizar crianças;
- (B) “a servidão por dívida” = servir por dívida;
- (C) “a exploração sexual” = explorar o sexo;
- (D) “a mobilização social” = imobilizar a sociedade;
- (E) “o combate ao trabalho infantil” = combater o trabalho infantil.

15. Considerando a sequência dos textos 1, 2 e 3, podemos dizer que ela se realiza:

- (A) do passado para o presente;
- (B) do positivo para o negativo;
- (C) do nacional para o regional;
- (D) do geral para o particular;
- (E) das partes para o todo.

16. A alternativa em que o termo destacado tem seu referente anterior no texto identificado ERRADAMENTE é:

- (A) “...com especial enfoque sobre **AQUELES** expostos a agrotóxicos” – texto 3 – trabalhos;
- (B) “...a necessidade de cumprimento das normas internacionais sobre **O TEMA**,...” – texto 1 – trabalho infantil;
- (C) “...**QUE** tratam, respectivamente, da idade mínima para o trabalho...” – texto 1 – normas;
- (D) “...são provedoras de **SUAS** famílias...” – texto 2 – crianças;
- (E) “...responsáveis pelos **SEUS** sustentos” – texto 2 – famílias.

17. A alternativa em que o termo destacado funciona como agente (e não como paciente) do termo anterior é:

- (A) “combate **AO TRABALHO INFANTIL**” – texto 1;
- (B) “necessidade **DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS**” – texto 1;
- (C) “Erradicação **DO TRABALHO INFANTIL**” – texto 2;
- (D) “responsáveis **PELOS SEUS SUSTENTOS**” – texto 2;
- (E) “A Convenção **DA OIT**” – texto 3.

18. “...combate ao trabalho infantil doméstico, nas ruas, **NO LIXO e COM O LIXO**, e na agricultura...” (texto 3)

Os dois termos destacados indicam, respectivamente:

- (A) lugar e meio;
- (B) meio e companhia;
- (C) modo e finalidade;
- (D) finalidade e lugar;
- (E) modo e companhia.

TEXTO 4

“Os signatários da OIT, dentre eles o Brasil, estipularam erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2016, mas muito há de ser feito para que este prazo seja cumprido. No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social de combate a estas nefastas práticas, e, em especial no Ceará, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem se preocupado com a temática, não apenas se somando às iniciativas de mobilização social, via campanhas sistemáticas de conscientização, bem como agindo diretamente no combate ao problema, através da articulação de programas nacionais como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e outros projetos locais como o Primeiro Passo e o Jovem Aprendiz em Serviço, ambos voltados à formação adequada de jovens segundo suas faixas etárias”.

19. “Se Governo e Sociedade _____ os projetos atuais e se _____ a criar mais programas para a erradicação do trabalho infantil, certamente _____ o resultado que pretendem”. As lacunas da frase podem ser preenchidas, correta e respectivamente, pela seguinte alternativa é:

- (A) mantiverem – dispuserem – obterão;
- (B) manterem – disporem – obterão;
- (C) manterem – disporem – obteram;
- (D) manter – dispor – obterão;
- (E) manter – dispor – obteram.

20. Na palavra ERRADICAR há um valor semântico de “movimento para fora”. A palavra abaixo em que se repete esse mesmo valor é:

- (A) eclipse;
- (B) êxodo;
- (C) embarcar;
- (D) ilegal;
- (E) discordar.

21. No segmento “combate a estas nefastas práticas”, a preposição A foi empregada por necessidade de regência do termo “combate”. A alternativa abaixo em que a preposição foi empregada de forma INCORRETA é:

- (A) selecione o trabalho de que mais gosta;
- (B) escolha o filme a que pretende assistir;
- (C) mencione a rua a que reside;
- (D) mostre-me a pesquisa por que se interessou;
- (E) declame a poesia que mais goste de ler.

22. Entre os adjetivos qualificadores dos substantivos do texto 4 destacados abaixo, aquele que tem valor subjetivo é:

- (A) trabalho infantil;
- (B) ações públicas;
- (C) mobilização social;
- (D) jovem aprendiz;
- (E) nefastas práticas.

23. “No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social de combate a estas nefastas práticas...”; a forma verbal “têm buscado” indica uma ação que:

- (A) principiou e terminou no passado;
- (B) ocorreu no passado antes de outra ação passada;
- (C) se realiza no futuro próximo;
- (D) começou no passado e continua no presente;
- (E) se repete no presente e se prolonga ao futuro.

24. “a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem se preocupado com a temática, **NÃO APENAS** se somando às iniciativas de mobilização social, via campanhas sistemáticas de conscientização, **BEM COMO** agindo diretamente no combate ao problema, através da articulação de programas nacionais como o PETI”; os conectores destacados nesse segmento do texto 4 têm valor de:

- (A) comparação;
- (B) modo;
- (C) adição;
- (D) concessão;
- (E) meio ou instrumento.

25. “No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social...”; esse segmento quer dizer que as ações públicas têm buscado:

- (A) cooperação;
- (B) comparação;
- (C) recursos financeiros;
- (D) energia;
- (E) motivação.

26. Os textos 1 a 4 apresentam um conjunto de siglas; a alternativa que mostra uma sigla cuja formação difere das demais é:

- (A) STDS (texto 4);
- (B) PETI (texto 4);
- (C) OIT (texto 1);
- (D) GAPA (Texto 5);
- (E) AIDS (texto 5).

TEXTO 5

Para que mais uma morte de pobre não vire estatística

Eliane Brum – Revista Época

Bocão morreu. Tinha esse apelido por causa do sorriso largo, que dava vontade de rir com ele. Por que Bocão ria? Não sei. Por teimosia, talvez. Ou porque sabia que a expectativa de vida dele era de menos da metade da média dos brasileiros e já nascera com menos dias de riso. Bocão tinha ainda outros dois nomes: o do registro, Alexsandro Rocha da Silva, e o do rap ligado ao Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), MC Alex. Ele fugiu de casa aos 7 anos para morar nas ruas de Porto Alegre porque o padrasto batia na mãe. E ele bateu no padrasto. E o padrasto bateu nele. História comum entre as crianças e adolescentes das ruas do Brasil. Morreu neste final de maio de uma doença oportunista da AIDS, empurrado de um hospital a outro. Foi enterrado pelo pai que o procurava – e o encontrou.

27. O título do texto 5 – para que mais uma morte de pobre não vire estatística – revela uma intenção de não permitir que a morte de Bocão passe despercebida e para isso:
- (A) narra a história de Bocão de forma a despertar pena;
 (B) registra a morte de Bocão num texto jornalístico;
 (C) protesta contra o serviço de saúde do Estado;
 (D) exige providências para que outras mortes não ocorram;
 (E) mostra a vida dura de muitos pobres em nosso país.
28. O apelido de Bocão, segundo o texto, tem valor:
- (A) pejorativo;
 (B) irônico;
 (C) dramático;
 (D) afetivo;
 (E) cômico.
29. A alternativa abaixo em que o termo destacado NÃO está empregada em função adjetiva é:
- (A) ruas **DE PORTO ALEGRE**;
 (B) adolescentes **DAS RUAS**;
 (C) fugiu **DE CASA**;
 (D) crianças **DO BRASIL**;
 (E) morte **DE POBRE**.
30. “Ele fugiu de casa aos 7 anos para morar nas ruas de Porto Alegre”; a forma de reescrever-se essa frase do texto que altera o seu sentido original é:
- (A) ele fugiu de casa, para morar nas ruas de Porto Alegre, aos 7 anos;
 (B) aos 7 anos ele fugiu de casa para morar nas ruas de Porto Alegre;
 (C) ele, para morar nas ruas de Porto Alegre, fugiu de casa aos 7 anos;
 (D) aos 7 anos, para morar nas ruas de Porto Alegre, ele fugiu de casa;
 (E) ele fugiu de casa, aos 7 anos, de Porto Alegre para morar nas ruas.
31. O texto 5 é basicamente narrativo pois:
- (A) relata uma sequência de fatos em ordem cronológica;
 (B) conta uma história que é comum no Brasil;
 (C) apresenta um personagem de quem fornece características;
 (D) discute um problema social a partir de um fato;
 (E) mostra preocupação com fatos do passado recente.
32. “Por que Bocão ria? Não sei”. Esse segmento do texto:
- (A) é desmentido na sequência do texto, pois o narrador mostra claramente o porquê de Bocão rir;
 (B) indica que o narrador não é onisciente, pois declara desconhecer o motivo do riso do protagonista;
 (C) mostra a preocupação do narrador de fornecer ao leitor todas as explicações sobre o personagem;
 (D) traz implícita uma crítica ao modo marginal de viver do personagem;
 (E) responde uma pergunta que é feita por um dos leitores ao narrador da história.
33. A opção em que houve uma substituição da forma verbal destacada por uma outra de valor equivalente é:
- (A) “Bocão **MORREU**”. = Bocão foi morto;
 (B) “...já **NASCERA** com menos dias...” = já havia nascido com menos dias;
 (C) “...que **DAVA** vontade de rir...” = que tinha dado vontade de rir;
 (D) “**FOI ENTERRADO** pelo pai...” = Tinha sido enterrado pelo pai;
 (E) “Bocão **TINHA** ainda outros dois nomes” = Bocão havia tido ainda outros dois nomes.

34. “Morreu neste final de maio de uma doença oportunista da AIDS, empurrado de um hospital a outro”; uma doença oportunista é aquela que:


- (A) surge de repente;
- (B) desaparece sem deixar marcas;
- (C) infecta o doente debilitado;
- (D) difunde bactérias prejudiciais ao organismo;
- (E) ataca órgãos vitais.

35. “E ele bateu no padrasto. E o padrasto bateu nele.”; entre as ações destes dois períodos há uma relação, assim caracterizada:

- (A) a segunda ação se soma à primeira;
- (B) a primeira ação é causa da segunda;
- (C) as duas ações se realizam simultaneamente;
- (D) a primeira ação é consequência da segunda;
- (E) as ações se alternam continuamente.


NOÇÕES DE INFORMÁTICA

36. Um internauta, quando está acessando um site por meio do browser Internet Explorer 8 BR, pode verificar se o acesso é seguro. Conexões seguras usam certificados para identificar o site da Web e para criptografar sua conexão, de forma que será mais difícil a um hacker vê-la. O acesso a sites seguros possuem duas características, a primeira pelo endereço do site


que começa com uma sigla e a segunda por um cadeado  localizado numa determinada barra do Internet Explorer 8 BR. Essa sigla e localização são, respectivamente:

- A) HTTPS e não com HTTP / na barra de tarefas, à direita da barra de endereços;
- B) WWWS e não com WWW / na barra status de segurança, à direita da barra de endereços;
- C) HTTPS e não com HTTP / na barra status de segurança, à direita da barra de endereços;
- D) WWWS e não com WWW / na barra de ícones de notificação, à direita da barra de tarefas;
- E) HTTPS e não com HTTP / na barra de ícones de notificação, à direita da barra de tarefas.

37. Um funcionário do MP inseriu a tabela indicada na figura em um texto, no Word 2007 BR.

	<p>O Projeto MP na Escola pretende divulgar o Ministério Público entre os estudantes do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro, para que as atribuições e a atuação da Instituição sejam conhecidas e divulgadas para as famílias e comunidades dos jovens atendidos pelo projeto. Você pode baixar para o seu computador o arquivo do Manual de Instruções, que é uma cartilha ilustrada, em formato de revista em quadrinhos, sobre o <u>Ministério Público</u>.</p>
--	---

Na célula da tabela que contém o texto, foi executado um tipo de alinhamento que pode ser executado por meio do atalho de teclado

Ctrl + E ou por meio do acionamento do ícone . Para finalizar, esse funcionário pressionou a tecla F12, para salvar o texto digitado no disco rígido, com o nome MP_NA_ESCOLA. O alinhamento aplicado ao texto e o formato default empregado pelo Word no arquivo são, respectivamente:

- A) centralizado e docx;
- B) centralizado e pdf;
- C) justificado e docx;
- D) alinhado à esquerda e pdf;
- E) alinhado à esquerda e docx.

38. Ao utilizar um software do tipo WebMail que manipula e-mails, como o Gmail, um funcionário do Ministério Público deve procurar as mensagens recentes da internet, numa determinada caixa de correio. Paralelamente, ele pode enviar mensagens para um destinatário como cópia oculta, em que o espaço para inserção de e-mails possui uma identificação própria, além do que, no caso do envio da mensagem para várias pessoas, quem recebe não sabe da existência das demais. A caixa de correio e essa identificação são, respectivamente:

- A) de Mensagens e Cco:
- B) de Mensagens / Cc:
- C) de Entrada e Para:
- D) de Entrada /e Cc:
- E) de Entrada e Cco:

39. A planilha abaixo foi criada no EXCEL 2007 BR. Nela, os dados mostrados nas colunas B, C, D e E foram digitados, enquanto que nas células de F5 a F7 foram utilizadas expressões, com base nas condições listadas a seguir.

- se a quantidade existente for inferior à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “REPOR”;
- se a quantidade existente for igual à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “ATENÇÃO”;
- se a quantidade existente for superior à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “SATISFATÓRIA”.

	A	B	C	D	E	F
1	MP 2011					
2						
3						
4						
5						
6						
7						

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		SITUAÇÃO
		EXISTENTE	MÍNIMA	
1	Impressora Multifuncional HP	2	3	REPOR
2	Disco rígido SATA 500GB	7	2	SATISFATÓRIA
3	Pendrive 8 GB Kingston	5	5	ATENÇÃO

A expressão inserida em F5 é:

- A) =SE(E5<D5;"SATISFATÓRIA";"ATENÇÃO";"REPOR")
- B) =SE(E5=D5?"SATISFATÓRIA"?"ATENÇÃO"?"REPOR")
- C) =SE(E5=D5;" SATISFATÓRIA";
SE(E5>D5;"ATENÇÃO";"REPOR"))
- D) =SE(E5<D5;"SATISFATÓRIA";
SE(E5=D5;"ATENÇÃO"; "REPOR"))
- E) =SE(E5>D5?"SATISFATÓRIA"%
SE(E5<D5?" ATENÇÃO"%"REPOR"))

40. Um usuário criou a seguinte planilha no EXCEL 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2			9	7	0	3	1
3							
4			22	15	13	19	26
5							
6						5	
7						19	
8						4	

Nela, foram inseridas três expressões, com as características listadas a seguir.

- em F6, para determinar a média aritmética dos números 9, em C2, e 1, em G2;
- em F7, para determinar o 3º maior número dentre todos no intervalo de C4 a G4;
- em F8, para determinar a quantidade de células não vazias no intervalo de C2 a G2, que atendam à condição serem maiores ou iguais a 1 os números que aparecem nessas células.

As expressões inseridas em F6, F7 e F8 são respectivamente:

- A) =MED(C2:G2), =MAIOR(C4:G4;3) e =CONT.SE(C2:G2;">=1")
- B) =MÉDIA(C2;G2), =MAIOR(C4:G4;3) e =CONT.SE(C2:G2;">=1")
- C) =MÉDIA(C2;G2), =MAXIMO(C4:G4;3) e =CONT.NÚM(C2:G2;">=1")
- D) =MÉDIA(C2:G2), =MAIOR(C4:G4;3) e =CONT.NÚM(C2:G2;">=1")
- E) =MED(C2;G2), =MÁXIMO(C4:G4;3) e =CONT.SE(C2:G2;">=1")

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41. Jonas, Promotor de Justiça, respondeu a procedimento administrativo disciplinar que resultou em arquivamento, por decisão transitada em julgado proferida por órgão colegiado, em grau recursal, que modificou a decisão anterior que lhe havia aplicado a sanção de suspensão.

Acerca do contexto fático acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. De fato, inexistente a possibilidade de alteração da decisão de arquivamento, face à imutabilidade decorrente do trânsito em julgado.
- II. Poderia eventual interessado, inconformado com a decisão de arquivamento, solicitar ao Conselho Nacional do Ministério Público a revisão de tal ato administrativo, mesmo que decorridos 06 (seis) meses do seu trânsito em julgado.
- III. O órgão colegiado que proferiu a decisão de arquivamento, no âmbito da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é o Conselho Superior do Ministério Público.
- IV. Dada a natureza da sanção inicialmente aplicada ao Promotor de Justiça, de acordo com a Lei Complementar nº 106/03, teria esta sido imposta pelo Procurador-Geral de Justiça.

As afirmativas corretas são somente:

- A) I, II e III;
- B) I, III e IV;
- C) II e III;
- D) II e IV;
- E) III e IV.

42. Tício, Promotor de Justiça em exercício na Comarca A, declina de suas atribuições e remete determinado inquérito policial para a Promotoria de Justiça B, onde se encontra em exercício seu colega Ênio. Ao analisar os autos que lhe foram enviados, Ênio, por seu turno, entende que não detém atribuição para neles oficiar, alegando que, na realidade, o Promotor Natural para atuar na hipótese seria Tício.

Diante do contexto fático acima, é correto afirmar que:

- A) deveria Ênio instaurar conflito negativo de atribuições e remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça para dirimi-lo;
- B) deveria Ênio, por força de dever funcional exposto, devolver os autos a Tício, o qual submeteria o conflito ao Conselho Superior do Ministério Público;
- C) após dirimido o conflito pelo órgão competente, com a determinação da Promotoria de Justiça com atribuição para atuar na hipótese, poderá o Promotor de Justiça vencido em seu entendimento, invocando sua independência funcional, recusar-se a oficiar no inquérito policial em tela;
- D) caberia ao Conselho Superior do Ministério Público, após manifestação opinativa do Procurador-Geral de Justiça, solucionar o conflito de atribuições sob comento;
- E) no caso de conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público, a solução cabe ao Poder Judiciário, que determinará o órgão ministerial que atuará no caso concreto.

43. O Promotor de Justiça designado para determinado órgão de execução, durante o mês de janeiro, toma ciência pelo Diário Oficial da publicação de ato do Procurador-Geral de Justiça designando outro Promotor de Justiça para atuar em auxílio no mesmo órgão, exclusivamente para participar das Sessões Plenárias do Tribunal do Júri agendadas para o mês de janeiro.

Considerando a narrativa supra, é correto afirmar que:

- A) o ato do Procurador-Geral de Justiça viola o princípio do Promotor Natural, criando verdadeiro acusador de exceção, em flagrante contrariedade à Constituição;
- B) o Promotor de Justiça inicialmente designado, em defesa de suas prerrogativas, mediante recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, poderá postular a reforma do ato do Procurador-Geral de Justiça;
- C) o ato do Procurador-Geral de Justiça é perfeitamente legal, desde que haja concordância expressa do Promotor de Justiça previamente designado;
- D) o ato do Procurador-Geral de Justiça é incondicionalmente legal, cabendo aos Promotores de Justiça o seu cumprimento;
- E) o ato do Procurador-Geral é passível de revisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mercê de sua manifesta inconstitucionalidade.

44. Sobre as formas de provimento, de acordo com o disposto no Decreto nº 22479/79, é correto afirmar que:

- A) o aproveitamento é o retorno ao serviço do servidor público afastado por motivo de saúde ou incapacidade física;
- B) a recondução do servidor público enseja a respectiva indenização;
- C) a reintegração do servidor público, caso extinto o cargo anteriormente ocupado, importará na sua disponibilidade;
- D) a transferência do servidor importará na vacância do cargo que ocupava anteriormente;
- E) a readaptação necessariamente importa no provimento do servidor em outro cargo.

45. Acerca dos membros do Ministério Público em fase de estágio probatório é correto afirmar que:

- A) pelo período de três anos, estão sujeitos à aferição de seu desempenho através da supervisão exercida por membros do Colégio de Procuradores de Justiça;
- B) cabe ao Corregedor-Geral do Ministério Público a decisão final acerca do vitaliciamento;
- C) no caso de reincidência no cometimento de faltas disciplinares, estão sujeitos à sanção disciplinar de exoneração;
- D) no caso de não vitaliciamento, caberá recurso voluntário ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores;
- E) o tempo anteriormente cumprido em estágio probatório para ingresso em carreira jurídica congênera isenta o Promotor de Justiça de novo estágio para vitaliciamento na carreira ministerial.

46. Sobre os Princípios Institucionais do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir:
- I. Segundo o Princípio da Unidade, sob o prisma orgânico e administrativo, podemos falar em unidade no que tange aos Ministérios Públicos dos Estados e ao seu congênere da União.
 - II. É o Princípio da Unidade que legitima a atuação do Ministério Público Federal, junto aos Tribunais Superiores, nas ações ajuizadas pelos Ministérios Públicos Estaduais.
 - III. É o Princípio da Indivisibilidade que permite ao membro do Ministério Público, quando se fizer necessário, substituir outro, sem qualquer prejuízo ao exercício da atividade ministerial.
 - IV. Ainda que os membros do Ministério Público assumam posições divergentes em relação ao mesmo fato, tal, à luz do Princípio da Independência Funcional, em nada afetará a unidade da Instituição.
- Estão corretas somente as afirmativas:
- A) I e IV;
 - B) II e III;
 - C) I, II e III;
 - D) I, II e IV;
 - E) II, III e IV.
47. Hugo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de episódio ocorrido durante viagem ao Estado de São Paulo, após regularmente indiciado pela prática de crime eleitoral, foi denunciado. De acordo com a prerrogativa de foro outorgada pela Constituição aos membros do *Parquet*, regulamentada pela Lei Complementar nº 106/03, Hugo será processado e julgado:
- A) pelo Superior Tribunal de Justiça;
 - B) pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
 - C) pela Justiça Eleitoral;
 - D) pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
 - E) pela Justiça Federal.
48. Tício, Procurador de Justiça, após grave acidente automobilístico, não resistiu aos ferimentos e veio a falecer. Deixou sua esposa, um filho de 17 (dezesete) anos e outro de 22 (vinte e dois) – os dois estudantes universitários -, além de um irmão inválido.
- Considerando a disciplina conferida pela Lei nº 5.260/08, em especial no que se refere à pensão por morte, é correto afirmar que:
- A) o benefício será recebido pela esposa e os filhos, na mesma proporção;
 - B) cessará o pagamento do benefício destinado ao irmão mais velho quando de sua colação de grau, passando o respectivo valor a ser revertido, em igual proporção, à esposa e ao filho mais jovem;
 - C) o irmão inválido receberá parte do benefício, desde que comprovada a dependência econômica com o segurado;
 - D) o valor do benefício percebido pelos filhos, quando concluídos os respectivos cursos universitários, será revertido em favor da esposa do segurado;
 - E) o irmão inválido fará jus ao recebimento do benefício, desde que comprovada a sua dependência econômica com o segurado, todavia, após cessado o pagamento aos filhos e na mesma proporção do montante recebido pela esposa.
49. Sobre a atuação do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral, é correto afirmar que:
- A) o Ministério Público Eleitoral é um ramo do Ministério Público da União;
 - B) ao atuar perante a Justiça Eleitoral, o Promotor de Justiça é investido no cargo de Promotor Eleitoral;
 - C) as atribuições do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral são originariamente previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União;
 - D) os Procuradores de Justiça atuam perante a Justiça Eleitoral, notadamente no que se refere ao registro das candidaturas;
 - E) o Ministério Público Eleitoral goza de autonomia administrativa e financeira, assim como seus demais congêneres.
50. Sobre a investidura nos cargos de Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, é correto afirmar que:
- A) é inelegível para o cargo de Procurador-Geral de Justiça o Promotor de Justiça com mais de dez anos de carreira;
 - B) para fins de composição da lista triplíce na eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, mediante voto obrigatório, plurinominal e secreto de seus membros, escolherá entre os concorrentes ao cargo;
 - C) é inelegível para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, o o Promotor de Justiça com mais de vinte anos de carreira;
 - D) o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo voto dos membros vitalícios da Instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;
 - E) o Procurador-Geral de Justiça que estiver concorrendo à reeleição, durante o período de desincompatibilização, será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça mais antigo na classe.

51. Sobre o processo disciplinar destinado a apurar infrações administrativas dos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme disciplina a Lei Complementar nº 106/03, é correto afirmar que:

- A) será ordinário quando aplicáveis as sanções de suspensão, advertência e censura;
- B) será conduzido por Comissão designada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, quando aplicável a pena de demissão;
- C) será possível o afastamento provisório do imputado, mediante deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores;
- D) será precedido de autorização do Conselho Superior do Ministério Público quando o imputado for Procurador de Justiça;
- E) será suscetível de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público a decisão de arquivamento do processo disciplinar.

52. Jorge, Promotor de Justiça Titular da 102ª Promotoria de Justiça Criminal, após anos de atuação, removeu-se para outro órgão. Foi substituído por Mariana, sua esposa, Promotora de Justiça Substituta, que oficiou na 102ª Promotoria de Justiça Criminal por vários meses, sendo certo que se manifestou, inclusive, em inúmeros processos em que havia atuado seu cônjuge anteriormente.

Considerando a disciplina legal conferida aos impedimentos, incompatibilidades e suspeições aos membros do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) a hipótese configura suspeição;
- B) a hipótese configura impedimento;
- C) não há qualquer irregularidade no proceder de Mariana, face ao Princípio Institucional da Indivisibilidade;
- D) a atuação de Mariana, independentemente de comprovado eventual prejuízo, poderá ensejar a nulidade dos processos em que se manifestou;
- E) a hipótese configura incompatibilidade, entretanto, sem maiores consequências processuais.

53. Jair, Promotor de Justiça há sete anos, sempre sonhou em ser magistrado, sentindo-se realmente vocacionado para exercer o ofício de julgar. No que se refere à participação dos membros do Ministério Público na composição dos tribunais, conforme previsão de matriz constitucional, em especial no que diz respeito ao possível caminho a ser percorrido para que seu sonho se concretize, Jair poderá:

- A) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal após completar dez anos de carreira ministerial;
- B) através do terço constitucional, após completar dez anos de carreira ministerial, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- C) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, desde que anteriormente promovido ao cargo de Procurador de Justiça;
- D) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, independentemente do tempo de carreira ministerial;
- E) através do terço constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, mesmo exercendo o cargo de Promotor de Justiça, desde que tenha mais de dez anos de carreira.

54. Caio, Promotor de Justiça vitalício contemplado com significativa quantia em razão de sorteio lotérico, resolve refletir sobre seu futuro e viajar com a família pelo mundo por cerca de um ano, renunciando, inclusive, ao recebimento de seus vencimentos. Para tanto, deverá formular o seguinte requerimento ao Procurador-Geral de Justiça:

- A) afastamento imotivado;
- B) licença especial;
- C) licença prêmio;
- D) licença para tratar de assuntos particulares;
- E) licença nojo.

55. Mélvio, Promotor de Justiça, na data de hoje, recebeu autos de processo criminal em seu gabinete e, de imediato, observou que deverá interpor recurso de apelação em face da sentença absolutória de que tomou ciência. Preocupado com o respectivo prazo, verifica que o referido processo encontrava-se na secretaria ministerial há vários dias paralisado, em razão de licença do servidor responsável pelo processamento.

Nesse caso, para efeito da contagem do prazo para oferecimento de recurso, tem relevância a data:

- A) da abertura de vista dos autos ao membro do Ministério Público, face à prerrogativa da intimação pessoal, sem prejuízo de eventual demora por parte da serventia quanto ao processamento;
- B) do recebimento dos autos na serventia ministerial, que deverá distribuí-lo imediatamente ao membro do Ministério Público com atribuição;
- C) lançada pelo Promotor de Justiça na respectiva petição de interposição;
- D) data da remessa dos respectivos autos ao Ministério Público, realizada pelo cartório judicial responsável pelo processamento;
- E) em que o respectivo processo é devolvido pela serventia do Ministério Público ao Poder Judiciário.

56. Acerca da organização institucional do Ministério Público, analise as seguintes afirmativas:

- I. A nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, após a formação de lista tripartite, é ato do Chefe do Poder Executivo, ou seja, do Presidente da República.
- II. É possível a nomeação de membro do Ministério Público do Trabalho para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.
- III. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas goza de plena autonomia administrativa e encarta-se na estrutura administrativa da respectiva Corte de Contas.
- IV. O Procurador-Geral da República pode ser reconduzido ao cargo, sem qualquer limitação quanto ao número de mandatos a serem exercidos.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I, II, e IV;
- B) I, III e IV;
- C) II e III;
- D) II e IV;
- E) III e IV.

57. Sobre a evolução da carreira no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- A) é vedada a evolução na carreira do servidor reincidente em falta disciplinar, cuja última sanção tenha lhe sido aplicada há mais de um ano;
- B) é possível a evolução na carreira do servidor preso cautelarmente;
- C) é vedada a evolução na carreira do servidor cedido para exercício de funções junto a outro órgão da Administração Pública, independentemente de caracterizado interesse superior do Ministério Público;
- D) a promoção é a movimentação do servidor entre classes distintas, observado o interstício de um ano em relação à progressão imediatamente anterior;
- E) a progressão é a movimentação do servidor dentro de uma mesma classe, observado o interstício de dois anos em relação à progressão imediatamente anterior.

58. No que tange à responsabilidade funcional dos membros do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) a pena de disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, será aplicada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, por motivo de interesse público, nos casos previstos em lei;
- B) a prática de ato de improbidade administrativa enseja, mediante procedimento administrativo disciplinar, a aplicação da sanção de censura pelo Corregedor-Geral do Ministério Público;
- C) é possível a conversão da penalidade de suspensão em multa;
- D) o obrar culposo do membro do Ministério Público enseja a sua responsabilização na seara cível;
- E) a citação do investigado em sede de procedimento disciplinar é causa interruptiva da prescrição.

59. O Juiz de Direito da Comarca X remete determinada ação cível ao Ministério Público para manifestação, na qualidade de fiscal da lei. O Promotor de Justiça, por sua vez, entende que naquele processo não se verifica hipótese de intervenção ministerial e devolve os autos ao Juízo, com promoção fundamentada alegando desinteresse em oficiar. O Magistrado, inconformado, determina o retorno dos autos ao Ministério Público, afirmando a existência de interesse público na lide a ensejar manifestação obrigatória do *Parquet*.

Diante do conflito de posicionamentos acima, é correto afirmar que:

- A) a hipótese configura falta disciplinar do Promotor de Justiça, caso insista em não se manifestar nos autos, uma vez que o Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado;
- B) caberá ao Magistrado conformar-se com o entendimento ministerial divergente e dar prosseguimento à marcha processual, uma vez que o Ministério Público é senhor absoluto ao exercer a valoração quanto à obrigatoriedade de sua intervenção;
- C) a amplitude da independência funcional outorgada ao Promotor de Justiça limita-se ao mérito de suas manifestações, mas não engloba o juízo quanto às hipóteses em que deva oficiar, cabendo ao Poder Judiciário a fiscalização nos casos em que se revela obrigatória a atuação ministerial, inclusive na área cível;
- D) caberá ao Procurador-Geral de Justiça, se autorizado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, designar outro Promotor de Justiça para oficiar na hipótese;
- E) deverá o Magistrado, diante de nova recusa do Promotor de Justiça em oficiar nos autos, determinar abertura de vista ao Promotor de Justiça Tabelar.

60. Willow, Promotor de Justiça, no curso de determinada investigação criminal, entende que indícios de autoria delitiva recaem sobre uma autoridade contemplada com foro especial e, imediatamente, encaminha os autos ao Procurador-Geral de Justiça. A chefia institucional, por sua vez, sustentando de forma contrária, ou seja, pela ausência de elementos indiciários que apontem para a conduta da aludida autoridade, devolve o caderno investigatório a Willow para que prossiga naquela apuração.

Acerca da hipótese acima, é correto afirmar que:

- A) o proceder do Procurador-Geral de Justiça afronta o Princípio da Independência Funcional, outorgado ao Promotor de Justiça pela texto constitucional;
- B) Willow, caso insista no seu entendimento, poderá recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público, órgão colegiado com atribuição legal para dirimir o conflito em tela;
- C) cabe ao Procurador-Geral de Justiça a última palavra sobre que órgão ministerial deva prosseguir na presidência da investigação;
- D) face ao Princípio da Indivisibilidade, poderão os dois órgãos ministeriais atuar na forma de litisconsórcio, sem que haja qualquer prejuízo à atividade investigativa ministerial;
- E) Willow poderá simplesmente recusar-se a oficiar na investigação, invocando sua autonomia funcional, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça designar outro membro da instituição para fazê-lo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Considere a seguir o trecho de acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança 26603/DF, julgado pelo pleno do Supremo Tribunal Federal em 04 de outubro de 2007 sob a relatoria do Ministro CELSO DE MELO:

No poder de interpretar a Lei Fundamental, reside a prerrogativa extraordinária de (re)formulá-la, eis que a interpretação judicial acha-se compreendida entre os processos informais de _____, a significar, portanto, que “A Constituição está em elaboração permanente nos Tribunais incumbidos de aplicá-la”. Doutrina. Precedentes. - A interpretação constitucional derivada das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal - a quem se atribuiu a função eminente de “guarda da Constituição” (CF, art. 102, “caput”) - assume papel de fundamental importância na organização institucional do Estado brasileiro, a justificar o reconhecimento de que o modelo político-jurídico vigente em nosso País conferiu, à Suprema Corte, a singular prerrogativa de dispor do monopólio da última palavra em tema de exegese das normas inscritas no texto da Lei Fundamental.

A modalidade estrita de alteração constitucional definida pelo Ministro Relator na lacuna acima é a:

- A) revisão constitucional;
- B) reforma constitucional;
- C) mutação constitucional;
- D) emenda constitucional;
- E) iniciativa popular.

62. As categorias de classificação das constituições quanto à possibilidade de reforma são:

- A) rígidas, consuetudinárias pactuadas;
- B) analíticas, flexíveis e sintéticas;
- C) costumeiras, pactuadas e outorgadas;
- D) rígidas, semirrígidas e flexíveis;
- E) pactuadas, analíticas e cesaristas.

63. A partir do conceito de constituição dirigente, é possível afirmar:

- A) o controle de constitucionalidade não alcança normas de conteúdo programático que integrem opções políticas da Constituição, somente as normas programáticas de caráter normativo em sentido estrito são sindicáveis;
- B) as políticas públicas não se sujeitam a controle de constitucionalidade, pois inseridas no poder discricionário do agente político;
- C) a CRFB/88 estatui políticas públicas sem, contudo, estabelecer diretrizes, estas a cargo do Administrador;
- D) normas constitucionais programáticas vinculam o legislador infraconstitucional, razão pela qual autorizam o controle da constitucionalidade das políticas públicas;
- E) as normas constitucionais programáticas refletem opções de determinado momento histórico sem, contudo, vincular o legislador infraconstitucional. Esse só se vê limitado pelas normas constitucionais estritas.

64. Acerca do que doutrinariamente se denomina “princípios constitucionais sensíveis” da CRFB/88, é possível afirmar que:
- os princípios constitucionais sensíveis encerram um exercício de hermenêutica, estando espargidos ao longo de todo o texto constitucional;
 - os princípios constitucionais sensíveis são enumerados em dispositivo específico da CRFB/88;
 - a presença de um princípio constitucional sensível desautoriza intervenção federal;
 - os princípios constitucionais sensíveis decorrem do constitucionalismo estadunidense e não foram inseridos no texto final da CRFB/88;
 - princípios constitucionais sensíveis resultam da revisão constitucional.
65. Acerca do controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro, é correto afirmar que:
- ao Supremo Tribunal Federal compete o processo e julgamento da ação declaratória de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da CRFB/88;
 - da declaração de inconstitucionalidade por omissão será dada ciência ao Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso concreto, para edição do ato normativo faltante no prazo assinalado pelo Supremo Tribunal Federal;
 - a legitimação ativa para propositura de ação direta de constitucionalidade, diante da presunção de constitucionalidade dos atos emanados do Poder Legislativo, é restrita ao Presidente da República, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Mesa Diretora do Senado Federal e Procuradoria-Geral da República;
 - órgão fracionário de Tribunal de Justiça, excepcionado seu respectivo órgão especial, pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo controle difuso;
 - quando o Supremo Tribunal Federal aprecia a inconstitucionalidade, em abstrato, de lei ou ato normativo, caberá à Advocacia-Geral da União defender a constitucionalidade do ato impugnado.
66. Capítulo pronunciado de qualquer debate constitucional, o controle de constitucionalidade se presta à reafirmação da supremacia da Constituição. A respeito do controle de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir:
- O controle concentrado de constitucionalidade no Brasil teve sua origem durante o regime militar.
 - A ação civil pública se presta à fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via do controle difuso, de leis municipais, estaduais e federais, desde que a cognição acerca da compatibilidade constitucional se insira na causa de pedir, não no pedido coletivo.
 - O Supremo Tribunal Federal, ainda que composto por Turmas, não suscita incidente de inconstitucionalidade.
 - Da decisão que deixa de aplicar o comando insculpido no enunciado da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal é cabível Reclamação, se e quando esgotados os recursos processuais ordinários.
- Pode-se concluir que:
- todas as afirmativas estão corretas;
 - apenas II e III estão corretas;
 - apenas I, II e III estão corretas;
 - apenas I e IV estão corretas;
 - apenas II está correta.
67. Analise as afirmativas abaixo, referentes ao controle de constitucionalidade, nos moldes em que estatuido pelo Legislador Constituinte:
- A noção de controle de constitucionalidade se opõe à de rigidez constitucional.
 - Lei municipal em descompasso com norma constitucional federal pode ser objeto de controle por processo objetivo e perante o Supremo Tribunal Federal.
 - O controle de constitucionalidade incidental só pode ocorrer nos autos de processo objetivo.
 - Decretos regulamentares, ainda que não inovem originariamente a ordem jurídica, podem ser controlados diretamente em sua constitucionalidade.
- Pode-se concluir que:
- apenas II está correta;
 - apenas III está correta;
 - apenas I, II e III estão corretas;
 - I, II, III e IV estão corretas;
 - nenhuma está correta.
68. A propósito do sistema de controle de constitucionalidade concebido pela CRFB/88, é correto afirmar:
- a competência para processo e julgamento da ação declaratória de constitucionalidade é conferida pela CRFB/88 aos Tribunais Superiores, com exceção do Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar;
 - a declaração de inconstitucionalidade por omissão vincula o Poder Legislativo a discutir a edição da norma faltante em 30 (trinta) dias, sob pena de trancamento da pauta de discussões do Congresso Nacional;
 - recai sobre a Governadoria de Estado a legitimação ativa para ajuizamento de ação de inconstitucionalidade interventiva;
 - o Senado Federal se limita a retirar a eficácia de lei declarada inconstitucional pela via indireta;
 - o sistema difuso de controle de constitucionalidade se verifica pela outorga de competência a uma Corte Especial para processar e julgar ações de inconstitucionalidade.

69. Acerca da ação declaratória de constitucionalidade, é correto afirmar que:
- A) a decisão respectiva é dotada de eficácia contra todos e efeito vinculante para os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
 - B) não admite concessão de decisão liminar, em razão da presunção de constitucionalidade das leis.
 - C) sua natureza desautoriza dilação probatória;
 - D) exige citação, sob pena de nulidade, da Advocacia-Geral da União para defesa do ato impugnado;
 - E) descabe contra leis ou atos normativos estaduais.
70. Sobre o controle de constitucionalidade, nos termos em que regido pela CRFB/88, é correto afirmar que:
- A) decorre do pacto federativo a previsão constitucional de adoção pelos Estados e pelo Distrito Federal da ação declaratória de constitucionalidade, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da ação por descumprimento de preceito fundamental, desde que guardada parametricidade com a CRFB/88;
 - B) da decisão que julga ação por descumprimento de preceito fundamental, cabe recurso para o plenário do Supremo Tribunal Federal e ação rescisória endereçada ao mesmo órgão julgador;
 - C) a Mesa Diretora do Congresso Nacional não é, por si, legitimada ativa para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade;
 - D) a figura do *amicus curiae* não é aceita na ação por descumprimento de preceito fundamental;
 - E) associação de associações não é reconhecida como legitimada ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
71. Considerando o momento no qual é possível realizar o controle de constitucionalidade, os órgãos que podem exercitá-lo e os efeitos de seu reconhecimento, analise as afirmativas a seguir:
- I. O controle preventivo de constitucionalidade é realizado somente quando do processo legislativo e pelo Poder Legislativo.
 - II. A CRFB/88 estatui que apenas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo Órgão Especial, os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - III. A declaração incidente de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal desfaz, desde sua origem, a eficácia do ato declarado inconstitucional, com efeitos *ex tunc* para as partes do processo em que houve a declaração.
 - IV. O controle de constitucionalidade no plano estadual realiza-se por via incidental, sendo que o manejo de ação direta é peculiaridade do plano federal.
- Pode-se concluir que:
- A) apenas I e IV estão corretas;
 - B) apenas II e III estão corretas;
 - C) apenas III e IV estão corretas;
 - D) todas estão corretas;
 - E) nenhuma está correta.

72. Além de estruturar os Poderes da República, a CRFB/88 ocupou-se em estatuir funções essenciais à Justiça. Acerca de tais funções, analise as afirmativas a seguir:
- I. A assessoria jurídica aos necessitados, constitucionalmente a cargo da Defensoria Pública, autoriza que vítimas e familiares de vítimas hipossuficientes econômicos sejam assistidos por Defensor Público.
 - II. A CRFB/88 comete à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União, diretamente ou por órgão vinculado.
 - III. Nos limites da lei, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, desde que no exercício da profissão.
 - IV. É função expressa do Ministério Público, nos termos da CRFB/88, zelar e garantir pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados no texto constitucional, promovendo as medidas necessárias ao exercício de tal função.
- Pode-se concluir que:
- A) apenas I e IV estão corretas;
 - B) apenas II e III estão corretas;
 - C) apenas II e IV estão corretas;
 - D) apenas I, II e IV estão corretas;
 - E) todas estão corretas.
73. Quando de sua promulgação, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil passou a conviver num universo legislativo no qual já vigorava e produzia efeitos um Código Civil editado sob a égide da Constituição de 1891. Tendo em vista a supremacia da Constituição é possível afirmar que a nova ordem constitucional refunde o ordenamento jurídico, sendo correto afirmar também que:
- A) os atos normativos anteriores à Constituição, e que com ela sejam formalmente incompatíveis, são tidos como revogados;
 - B) os atos normativos anteriores à Constituição, e que com ela sejam materialmente incompatíveis, são tidos como não recepcionados;
 - C) os atos normativos anteriores à Constituição, e que com ela sejam formalmente incompatíveis, são tidos como não recepcionados;
 - D) as normas constitucionais anteriores, e que não forem materialmente incompatíveis com a Constituição atual, serão tidas por recepcionadas com índole de lei complementar;
 - E) as normas constitucionais anteriores, e que não forem formalmente incompatíveis com a Constituição atual, serão tidas por recepcionadas com índole de lei ordinária.

74. A propósito do que em doutrina se convencionou chamar de “modelo constitucional do processo”, é correto afirmar que:
- A) a publicidade dos atos processuais não pode ser mitigada pelo interesse social;
 - B) a publicidade dos atos processuais só pode ser afastada, no caso concreto, pela defesa da intimidade do(s) litigante(s);
 - C) a assistência jurídica gratuita é assegurada àqueles que se declararem pobres, sem possibilidade de impugnação por medida de preservação da dignidade da pessoa humana, e sob as penas da legislação criminal na hipótese de falsidade ideológica;
 - D) o ideal de duração razoável do processo se dirige tanto ao magistrado quanto aos litigantes, desautorizando a delonga judicial pelo exercício abusivo dos desdobramentos do direito de ação;
 - E) a alteração da composição dos Tribunais Superiores como medida de preservação de suas competências e respeito ao princípio do juiz natural é excepcionalmente permitida em caso de guerra ou convulsão social.
75. Entre os princípios constitucionais doutrinariamente denominados setoriais ou especiais estão elencados na CRFB/88, em matéria de direito penal, todos aqueles abaixo listados, EXCETO o princípio:
- A) da presunção de não culpabilidade;
 - B) da reserva legal;
 - C) da individualização da pena;
 - D) da irretroatividade da regra penal;
 - E) da identidade física do Promotor de Justiça.
76. A norma constitucional que dispõe que “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”, é norma:
- A) de eficácia contida, pois demanda a existência de norma infraconstitucional que a regule;
 - B) de eficácia plena e de conteúdo passível de redução por lei ordinária;
 - C) de eficácia plena e de conteúdo passível de redução apenas por emenda constitucional;
 - D) auto-aplicável, como qualquer direito fundamental;
 - E) semi-limitada, pois não obstante seja totalmente aplicável, seu conteúdo pode ser reduzido por lei ordinária.
77. Segundo a redação do art. 71 da CRFB/88 “*O Controle Externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União...*”. Também nos Estados Federados há Cortes de Contas e mesmo o Município do Rio de Janeiro possui Tribunal de Contas que lhe é próprio. Acerca da disciplina constitucional dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que:
- A) as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, na medida em que apresentam preferências pessoais e rotinas de despesas, inclusive com segurança, constituem documentos classificados que só poderão ser apreciados em sessão reservada de Comissão Específica do Congresso Nacional, não se inserindo na esfera de competências do Tribunal de Contas da União;
 - B) municípios que sejam capitais de Estados Federados podem instituir seus próprios Tribunais de Contas sendo que, na ausência de Cortes Municipais específicas para o controle de seus gastos, tal competência recairá sobre o Tribunal de Contas do Estado;
 - C) a CRFB/88 afasta do Tribunal de Contas da União a competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos municípios;
 - D) a composição dos Tribunais de Contas dos Estados é a resultante da proporção entre o número de municípios existentes no território do Estado Federado com o número de eleitores medidos a cada três eleições nacionais;
 - E) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno que tenha por finalidade apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
78. A Constituição da República, por sua índole sobranceira no ordenamento jurídico do País, já foi graficamente comparada com o vértice superior de uma pirâmide. Nesse sentido, é correto afirmar que:
- A) pode haver normas constitucionais inconstitucionais no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo quando fruto do Poder Constituinte Originário, desde que em conflito com os objetivos e princípios fundamentais da República;
 - B) as normas constitucionais programáticas vigem como verdadeira carta de intenções, não limitando o legislador ordinário na medida em que não são dotadas de eficácia plena;
 - C) os princípios constitucionais são dotados de carga normativa e a Constituição deve ser interpretada de modo que sejam conferidos aos seus comandos máxima efetividade e eficiência;
 - D) as normas infraconstitucionais não se presumem constitucionais por si mesmas, mas sim pela exposição de motivos que lhes apresenta o alcance, constituindo forma de interpretação autêntica;
 - E) o fato de haver menção expressa nos artigos da CRFB/88 a temas específicos, não faz com que tudo o que esteja neles contido seja considerado formalmente norma constitucional.

79. Acerca da disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, bem como sobre a intervenção direta do Estado na presente hipótese, é correto afirmar:

- A) a CRFB/88 veda o monopólio da União na ordem econômica;
- B) a CRFB/88 limita o monopólio do Poder Público aos setores estratégicos da economia, assim entendidos aqueles que compuserem o rol de lei complementar editada especificamente para contemplá-lo;
- C) os investimentos de capital estrangeiro e a remessa de lucros são regulados exclusivamente pelo Banco Central do Brasil, com base no interesse do mercado, inexistindo dispositivo constitucional acerca do tema;
- D) a propriedade privada e sua função social devem ser harmonizadas no exercício da atividade econômica, na medida em que constituem princípios gerais da matéria em sede constitucional;
- E) a opção globalizante do Poder Constituinte derivado não permite conferir tratamento diferenciado a pessoas jurídicas que tenham sua sede e sua administração no Brasil.

80. A propósito da expressão “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS”, inculpada no preâmbulo da Constituição da República, pode-se afirmar que:

- A) é norma de repetição obrigatória, devendo constar no preâmbulo das Constituições Estaduais;
- B) constitui uma exortação sem carga normativa;
- C) possui força normativa a partir da qual são aceitos símbolos religiosos em repartições públicas;
- D) possui força normativa, porém não é de repetição obrigatória;
- E) reflete a opção religiosa do Poder Constituinte Originário, reconhecendo o cristianismo como orientação espiritual oficial no Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

81. Quanto aos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) segundo o princípio da legalidade administrativa, a Administração pode adotar qualquer conduta não vedada pela lei;
- B) segundo o princípio da legalidade administrativa, a Administração só pode agir com fundamento em lei formal;
- C) segundo o princípio da publicidade, todos têm direito a obter da Administração informações de interesse coletivo, salvo aquelas que envolvam a segurança do Estado e da sociedade;
- D) segundo o princípio da motivação, as decisões administrativas devem conter fundamentação clara, explícita e congruente, não podendo adotar pareceres prévios como sua motivação;
- E) segundo o princípio da impessoalidade, a investidura em todo e qualquer cargo público deve ser precedida de procedimento seletivo público, objetivo e imparcial.

82. Sobre os regulamentos administrativos, é correto afirmar que:

- A) de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, são válidos os regulamentos autônomos editados com fundamento direto na Constituição e em matéria não sujeita a reserva legal;
- B) de acordo com o art. 84, VI, da Constituição Federal, o Presidente da República só pode editar regulamentos de execução;
- C) de acordo com o art. 84, VI, da Constituição Federal, o Presidente da República pode editar regulamentos autônomos sobre qualquer matéria que envolva organização e o funcionamento da Administração;
- D) desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal entende que só existem regulamentos de execução no direito brasileiro;
- E) os regulamentos autônomos não têm força de lei, mas podem tratar excepcionalmente de matéria sujeita à reserva legal.

83. Três anos após a concessão de licença para construir, a Administração passa a entender que o ato concessivo da licença foi praticado por autoridade incompetente. A Administração deve:

- A) proceder à anulação do ato, por vício de competência, observado o contraditório e a ampla defesa;
- B) proceder à convalidação do ato, mediante ratificação pela autoridade competente, em homenagem à segurança jurídica e à boa-fé do administrado;
- C) manter o ato em vigor, tendo em vista a decadência administrativa;
- D) proceder à revogação do ato, por razões de conveniência e oportunidade;
- E) proceder à cassação do ato, por superveniente desaparecimento dos seus requisitos legais.

84. Sobre os contratos da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) não há contratos administrativos verbais, sendo tais pactos nulos e inaptos à produção de qualquer efeito válido;
 - B) todos os contratos da Administração sujeitam-se integralmente ao regime jurídico de direito público;
 - C) a declaração de nulidade do contrato administrativo produz efeito sempre retroativo, independentemente da boa-fé do contratado e das prestações por ele já realizadas;
 - D) a exceção do contrato não cumprido não é aplicável, independentemente da extensão da mora administrativa, aos contratos da Administração Pública;
 - E) ao dever do contratado de aceitar as alterações unilaterais impostas pela Administração, nos limites da lei, corresponde o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
85. Em relação aos recursos administrativos, é correto afirmar que:
- A) têm sempre efeito suspensivo, salvo quando a lei preveja apenas o efeito devolutivo;
 - B) a representação por advogado é obrigatória, como decorrência do devido processo legal;
 - C) a interposição do recurso fora do prazo não impede que a Administração reconheça, de ofício, o direito postulado pelo administrado;
 - D) o pedido de revisão de ato sancionatório, formulado pelo interessado, pode resultar em *reformatio in pejus*;
 - E) o recurso hierárquico impróprio é cabível como decorrência do princípio da hierarquia administrativa, ainda que à míngua de previsão em lei.
86. Em relação ao regime dos servidores públicos, é correto afirmar que:
- A) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previsto no edital, tem direito subjetivo à nomeação;
 - B) o reajuste anual de vencimentos dos servidores é automático, não dependendo da edição de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo;
 - C) há casos de ascensão funcional admitidos pela Constituição Federal;
 - D) os empregados públicos não têm direito subjetivo à estabilidade, salvo quando aprovados em concurso público;
 - E) os ocupantes de cargos em comissão só podem ser exonerados mediante processo administrativo, no qual lhes seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.
87. Em relação aos serviços públicos, é correto afirmar que:
- A) educação e saúde são serviços públicos exclusivos, não podendo ser prestados pela iniciativa privada;
 - B) os serviços locais de gás canalizado são, por previsão constitucional, de competência dos Municípios;
 - C) os serviços públicos exclusivos podem ser prestados diretamente pelo Poder Público ou, por delegação contratual, mediante concessão ou permissão a empresas privadas;
 - D) segundo o princípio da modicidade, os serviços públicos serão sempre remunerados por taxas, pelo seu uso efetivo ou potencial;
 - E) segundo o princípio da continuidade, os serviços públicos não podem ser paralisados em qualquer caso, ainda quando diante do inadimplemento do usuário.
88. Em relação às diferentes formas de intervenção do Estado sobre a propriedade privada, é correto afirmar que:
- A) a limitação administrativa, dado o seu caráter geral, não enseja direito a indenização, salvo nos casos de esvaziamento econômico da propriedade;
 - B) a servidão administrativa enseja sempre direito a indenização prévia, justa e em dinheiro;
 - C) a desapropriação para fins de reforma agrária é matéria da competência legislativa privativa da União, mas da competência administrativa comum de todas as unidades federativas;
 - D) o tombamento é sempre voluntário, pois depende da iniciativa do proprietário;
 - E) a ocupação temporária de um imóvel depende de autorização legislativa prévia e se sujeita ao pagamento posterior de indenização, em caso de prejuízo comprovado.
89. Um candidato reprovado em concurso público, na etapa de exame médico, impetra mandado de segurança contra o ato que o eliminou, sob a alegação de que o problema de saúde diagnosticado no exame não o impede de exercer as funções públicas em questão. Merecerá acolhimento pelo Poder Judiciário a seguinte alegação da Administração:
- A) o mandado de segurança é incabível, pois a matéria envolve discricionariedade administrativa;
 - B) o mandado de segurança é incabível, ante a ausência de direito líquido e certo, pois a matéria exigiria produção de prova pericial;
 - C) o mandado de segurança é incabível, pois a eliminação do concurso não configura ato de autoridade;
 - D) o mandado de segurança é incabível, pois a lei veda o seu cabimento quanto a atos praticados no bojo de concurso público;
 - E) o mandado de segurança é incabível, pois a hipótese é insuscetível de controle judicial.

90. Assinale a alternativa correta:

- A) a sustação legislativa de atos regulamentares que desbordem dos seus limites é suscetível de controle de constitucionalidade;
- B) o controle jurisdicional da Administração só é possível após o esaurimento das instâncias administrativas pelo interessado;
- C) cabe *habeas corpus* contra o ato que decreta a prisão disciplinar de servidor militar;
- D) o duplo grau obrigatório de jurisdição só é cabível quanto a sentenças proferidas contra a Administração direta;
- E) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as prerrogativas processuais da Fazenda Pública são incompatíveis com o princípio da isonomia.

91. Sobre a perda do cargo público pelo seu ocupante, é correto afirmar que:

- A) o servidor estável só perde o cargo público em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- B) o servidor vitalício pode perder o cargo em processo administrativo disciplinar ou em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- C) durante o período de estágio probatório, o servidor pode ser exonerado do cargo, desde que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- D) os ocupantes de cargos de direção das agências reguladoras, mesmo quando nomeados a termo fixo, podem ser livremente exonerados;
- E) os magistrados nomeados para tribunais, em virtude do quinto constitucional, só adquirem vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício da judicatura.

92. Sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar que:

- A) o Estado responde objetivamente sempre que seus atos – administrativos, legislativos ou judiciais – causarem danos a terceiros;
- B) não há responsabilidade civil do Estado quando demonstrada a força maior e a culpa – exclusiva ou concorrente – da vítima;
- C) quanto a atos materialmente legislativos, o Estado só responde por danos causados por leis declaradas inconstitucionais;
- D) o direito de regresso só pode ser exercido pelo Estado, em casos de dolo ou culpa dos agentes responsáveis, por meio da denúncia da lide;
- E) em caso de conduta omissiva, a responsabilidade do Estado independe da prova do nexo causal.

93. Sobre a alienação de bens públicos, é correto afirmar que:

- A) os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis, enquanto mantiverem essa qualificação jurídica;
- B) os bens dominicais são alienáveis livremente, para atender às necessidades financeiras da Administração;
- C) a alienação de bens imóveis independe de avaliação prévia, mas depende de autorização legislativa e de licitação;
- D) os bens das autarquias são bens privados, daí serem livremente alienáveis;
- E) os bens móveis não afetados podem ser livremente alienados, independentemente de prévia avaliação.

94. Em relação aos atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) a auto-executoriedade é o atributo segundo o qual a Administração deve sempre solicitar a intervenção do Poder Judiciário para impor o cumprimento de seus atos;
- B) a auto-executoriedade permite até o uso proporcional da força pela Administração, salvo quando a lei exige a intervenção judicial;
- C) o decreto expropriatório é sempre auto-executório, permitindo que a desapropriação seja levada a termo sem a interveniência do Poder Judiciário;
- D) nenhum ato administrativo é auto-executório, salvo previsão legal expressa;
- E) todas as alternativas acima são incorretas.

95. Sobre modalidades e tipos de licitação, é correto afirmar que:

- A) a modalidade designa o procedimento aplicável, enquanto o tipo indica o critério de julgamento da licitação;
- B) a concorrência é o tipo de licitação indicado para casos de concessão e permissão de serviços públicos;
- C) o leilão serve para a alienação de bens inservíveis em todos os casos;
- D) o pregão é a modalidade de licitação prevista na Lei nº 8.666/93 especialmente para casos tecnicamente complexos;
- E) os tipos de licitação existentes são menor preço e melhor técnica.

96. Sobre os efeitos da sentença penal na esfera administrativa, é INCORRETO afirmar que:
- A) só repercute na esfera administrativa a sentença absolutória que afirma a inexistência do fato ou afasta do acusado a respectiva autoria;
 - B) a sentença absolutória fundada em falta de provas não repercute na esfera administrativa;
 - C) a sentença condenatória vincula a Administração quanto à existência do fato e sua respectiva autoria;
 - D) a Administração pode proceder à demissão de servidor estável mediante processo administrativo disciplinar, ainda que este responda a ação penal;
 - E) a sentença absolutória fundada no *in dubio pro reo* impõe o arquivamento do processo administrativo disciplinar.
97. As Parcerias Público-Privadas disciplinadas na Lei nº 11.079/2004 são contratos administrativos:
- A) baseados na exploração da atividade por conta e risco integral do parceiro privado;
 - B) que envolvem um compartilhamento de riscos entre a Administração e o parceiro privado;
 - C) não limitados pelo valor ou pela natureza do seu objeto;
 - D) que prescindem de prévia licitação;
 - E) destinados à intermediação de mão de obra.
98. Sobre as entidades da Administração indireta, é correto afirmar que:
- A) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, para a execução de tarefas típicas do Estado e exploração de atividade econômica;
 - B) as fundações públicas são sempre pessoas jurídicas de direito privado, ainda quando criadas por lei para o desempenho de funções de polícia administrativa;
 - C) as empresas públicas são entidades privadas, criadas por lei, cujo capital é predominantemente público;
 - D) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação se dá na forma do direito privado, mediante prévia autorização em lei específica;
 - E) as associações públicas são entidades privadas, criadas para o desempenho de tarefas comuns a dois ou mais entes federativos.
99. Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que:
- A) são entes dotados de plena autonomia administrativa e financeira, voltadas exclusivamente à gestão de serviços públicos concedidos ou permitidos;
 - B) têm poder normativo primário, fundado na teoria da deslegalização, apto a revogar leis anteriores;
 - C) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, seus dirigentes podem ser validamente investidos em mandatos, dos quais só podem ser destituídos por processo administrativo ou sentença judicial;
 - D) suas decisões são terminativas na esfera administrativa, ainda quando a lei preveja o cabimento de recurso hierárquico impróprio;
 - E) são pessoas jurídicas de direito privado, eis que direcionadas para a regulação de agentes econômicos privados.
100. O princípio da proteção da confiança legítima:
- A) é ligado ao direito privado, que não se mostra compatível com a supremacia do interesse público;
 - B) envolve mitigação inaceitável do princípio da legalidade administrativa;
 - C) não é reconhecido, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como um princípio de estatura constitucional;
 - D) pode ser caracterizado como a dimensão subjetiva do princípio da segurança jurídica, podendo envolver a manutenção de atos ilegais em vigor;
 - E) pode ser resumido à proteção do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Nível Superior - Analista - Área Administrativa

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida no seu Cartão de Respostas:

Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade são garantias dos Membros do M.P.

1. Você está recebendo do Fiscal de Sala o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas.
2. Confira o Caderno de Questões. Verifique se estão impressas as 100 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E). Verifique ainda se a numeração das questões de múltipla-escolha estão distribuídas de acordo com o Edital:

01 a 35 - Língua Portuguesa, 36 a 40 - Noções de Informática; 41 a 100 - Conhecimentos Específicos.

3. Verifique em seguida seus dados no Cartão de Respostas: nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento. Confira também a letra correspondente ao gabarito do Caderno de Questões (impresso no canto inferior à direita), com a letra do Cartão de Respostas. Qualquer irregularidade comunique de imediato ao Fiscal de Sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas dentro desse prazo.
5. Após identificado e instalado na sala, você **não** poderá consultar qualquer material, comunicar-se com outros candidatos ou qualquer pessoa estranha ao concurso. **Não** poderá utilizar equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização para serem devolvidos após o término da prova.
6. Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. Este será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do Cartão de Respostas e sua respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

7. Observe as seguintes recomendações relativas ao Cartão de Respostas:

A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica indelével de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de líquido corretor ou de caneta fluorescente.

Qualquer outras forma de marcação, diferente da que foi determinada acima, implicará na rejeição do Cartão de Respostas.

Será atribuída nota zero às questões:

- não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
8. O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida ou reclamação solicite a presença do Coordenador de Local.
 9. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início.
 10. Por motivo de segurança durante a prova só é permitido fazer anotações no Caderno de Questões.
 11. O candidato somente poderá copiar seus assinalamentos feitos no Cartão de Respostas na área reservada para este fim, disponível na última página do Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser levada pelo candidato.
 12. Será eliminado do concurso o candidato que desrespeitar a equipe de fiscalização ou qualquer das normas estabelecidas pelo concurso.
 13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
 14. Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal de Sala o Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Não é permitido ao candidato, em hipótese alguma, levar o Caderno de Questões.

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

Gabarito - A